

LEGADO ■ Quem for eleito governador nas eleições de outubro, encontrará as bases para o desenvolvimento

Dr. Brasília

Brasília rumo ao primeiro mundo

Éderson Marques

O Distrito Federal que agora escolhe novo governador é um bom lugar para ser viver. O sucessor de Joaquim Roriz e Maria de Lourdes Abadia receberá a capital com o melhor Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) de todo o País.

E não é por menos. São mais de 60 parques ecológicos espalhados pelo território, saneamento básico para mais de 95% da população e uma renda per capita de R\$ 16.300, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O que faria qualquer cidadão pensar em se mudar para o DF.

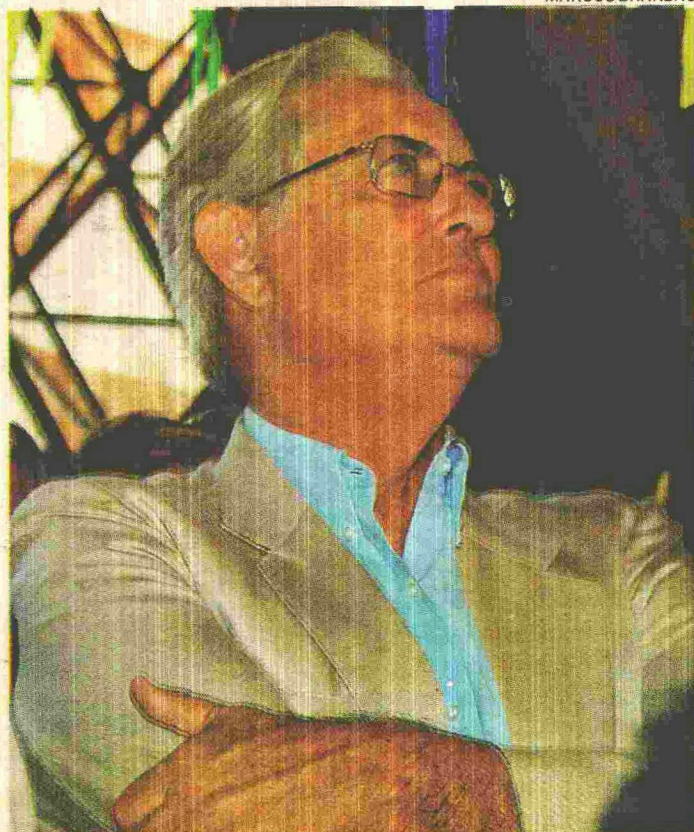
Durante os últimos oito anos, na gestão do ex-governador Joaquim Roriz (PMDB), muitas áreas tiveram avanços significativos graças à atuação do governo. Um exemplo disso é a taxa de desemprego na

capital, que está entre as menores do País. O índice foi muito combatido e em maio deste ano cravou 19,5%.

O saneamento também ganhou destaque. Em 1998, eram 300 mil ligações de água em todo o DF. Hoje, são mais de 500 mil, levando água potável a mais de 2 milhões de pessoas. O tratamento de esgotos coletados chega a 100%.

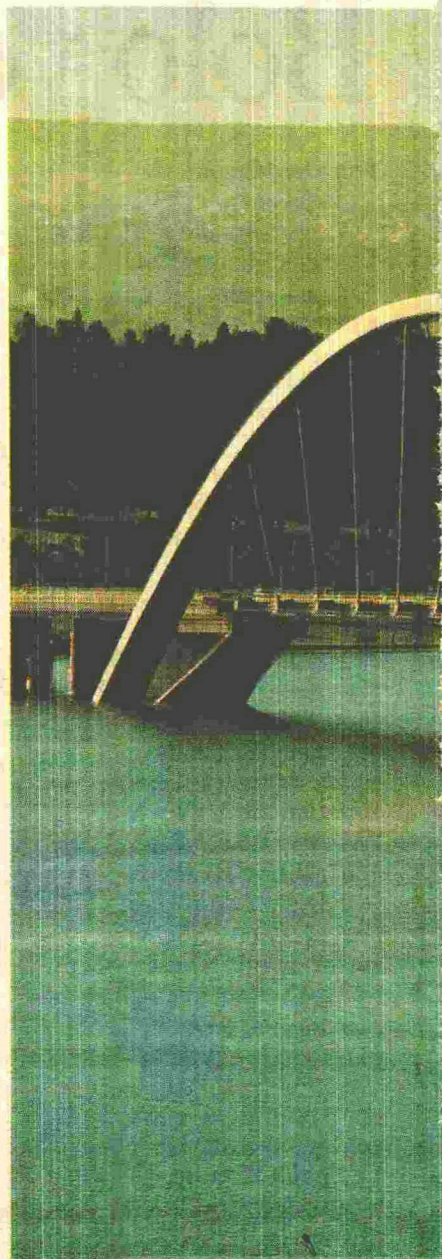
O desenvolvimento de Brasília promete não parar por aí. Na semana passada, um estudo do Banco Mundial (Bird) considerou a capital como o melhor lugar para realizar negócios. O relatório mostra que o DF cobra as menores taxas de impostos do País para se abrir uma empresa.

O desafio para o futuro governador ou governadora, quer for eleito em outubro, será dar continuidade ao projeto de desenvolvimento sustentável pelo qual passa Brasília.



MARCOS BRANDÃO

Roriz: Brasília é a cidade com menor índice de desemprego



Ponte JK: integração entre sistemas



ARQUIVO JB

Estação de Tratamento de Esgoto Melchior: 100% do esgoto coletado no DF tem destinação adequada

■ Pólo digital será o portal do emprego

O maior desafio na área de ciência e tecnologia será dar continuidade aos projetos desenvolvidos no decorrer dos últimos anos. O Plano Diretor Geral da Informática (PDGI), Programa de Inclusão Digital e a sonhada Cidade Digital são exemplos de que Brasília tem potencial para ser conhecida como a capital tecnológica brasileira e potencial para ofertar 40 mil postos de trabalho.

De acordo com o secretário de Ciência e Tecnologia, Antônio Fábio, os investimentos na área serão maiores e otimizados em 2007. Sem citar cifras, ele comentou que a previsão orçamentária para o próximo ano prevê recursos suficientes para a inclusão da Cidade Digital.

— É o grande empreendimento do DF nos próximos anos. E não contará com recursos somente do governo. Por isso, haverá verba suficiente — afirmou Antônio Fábio.

A proposta da inclusão social também deve ser prioridade no ano que vem. Isso porque nos próximos dias, segundo o secretário, a governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB) lança um forte programa de inclusão digital, que prevê a internet como serviço público e incentivos para a aquisição de computadores.

— É necessário que o próximo governante priorize a vocação da empresa em atuar no Entorno. Temos de expandir as atividades para Águas Lindas, Luziânia e Alexânia (todas cidades goianas) — disse o presidente da Caesb.



REPRODUÇÃO

Futura Cidade Digital: 40 mil empregos

■ Caesb chegará nos condomínios

Com mais de 3 milhões de pessoas, servidos com abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) se prepara para fechar os oito anos de governo Roriz com lucro líquido na ordem de R\$ 180 milhões.

Depois de quase oito anos no cargo, o presidente da estatal, Fernando Leite, expôs as benfeitorias realizadas e os desafios que devem ser encarados a partir do ano que vem.

Os números são incontestáveis. No DF, em residências regularizadas, 98% da população conta com água potável e 96% com coleta de esgoto. No quadrilátero, o tratamento de resíduos chega a 100% do coletado.

— O processo é muito dinâmico. Existem muitas áreas irregulares onde a Caesb deve começar a atuar. Mas as marcas alcançadas surpreende a todos — disse Leite.

Mas alguns desafios ainda precisam ser vencidos. O primeiro, segundo Fernando Leite, é concluir o projeto de universalização do sistema de saneamento do DF. Para isso, é preciso tratar o esgoto nos condomínios, assentamentos e outros locais ainda não regularizados.

— É necessário que o próximo governante priorize a vocação da empresa em atuar no Entorno. Temos de expandir as atividades para Águas Lindas, Luziânia e Alexânia (todas cidades goianas) — disse o presidente da Caesb.

Desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, onde se registra o maior IDH do País

MARCOS BRANDÃO

■ Proteção a recursos hídricos

Proteger os recursos hídricos do Distrito Federal. Esse é o principal objetivo do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF, o Brasília Sustentável, que deve começar a ser implementado no início de 2007. Duas bacias hidrográficas, a do Descoberto e a do Paranoá, serão beneficiadas pelos US\$ 115 milhões que o governo negociou com o Banco Mundial (Bird).

Na Bacia do Paranoá, o programa prevê investimentos pesados na Estrutural e em Vicente Pires. No primeiro caso, onde existe um lixão aberto, serão gastos US\$ 31 milhões para levar saneamento básico completo aos 55 mil moradores da cidade.

— A idéia é retirar o lixão do local e recuperar ambientalmente a área. Além, é claro, de levar esgoto e água encanada a cada casa — salientou a secretária de Captação de Recursos Financeiros, Rossana Rêgo.

Em Vicente Pires, onde moram cerca de 45 mil pessoas, há sérios problemas ambientais como o aterro de nascentes. No local, o programa

Programa Brasília Sustentável deve beneficiar de imediato bacias hidrográficas

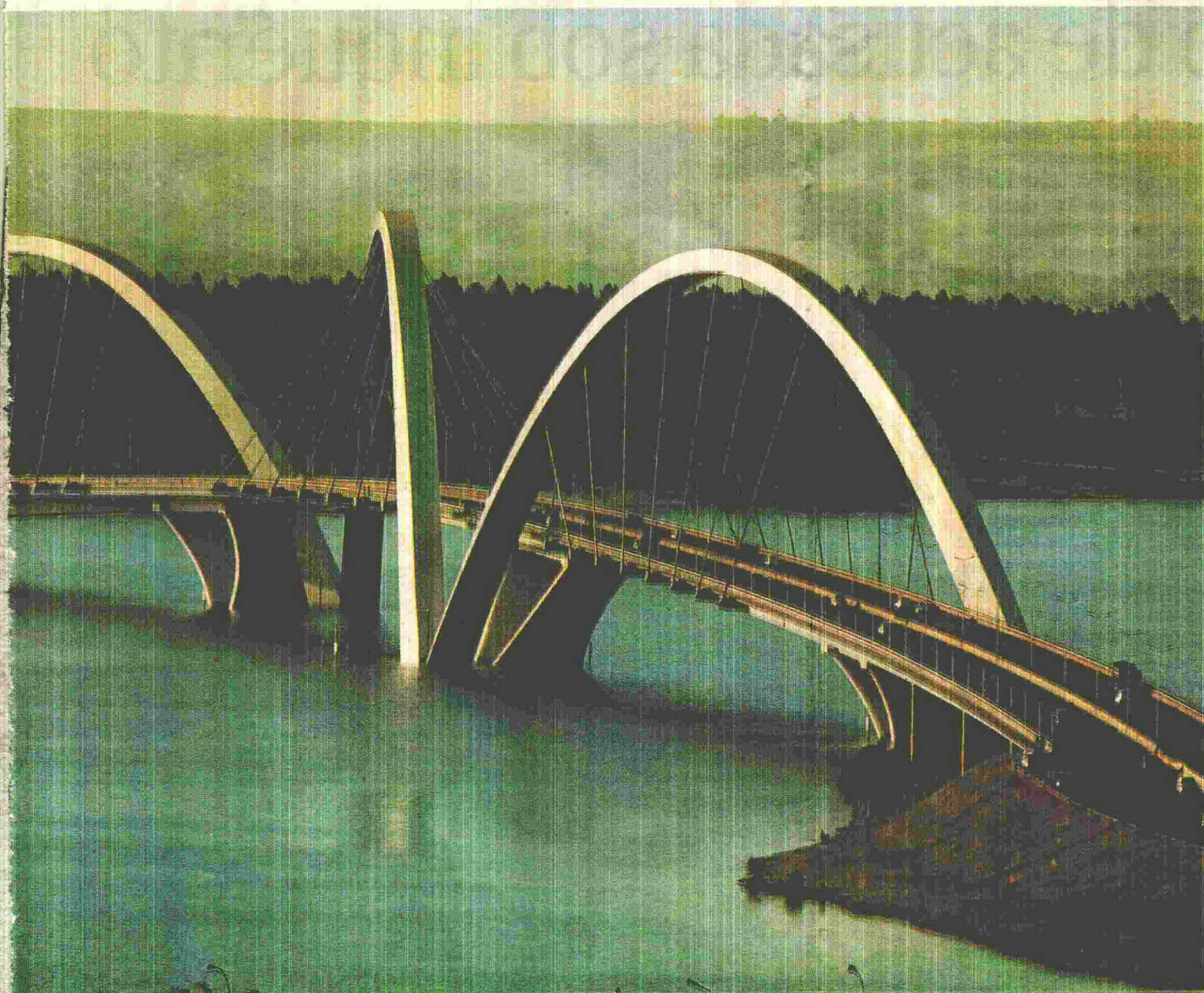
ma implantará infra-estrutura para garantir a boa qualidade da bacia hidrográfica.

— Não podemos deixar o Lago Paranoá ser poluído novamente. Por isso, essas duas ações são fundamentais para a qualidade de vida dos moradores do DF — afirmou Rossana Rêgo.

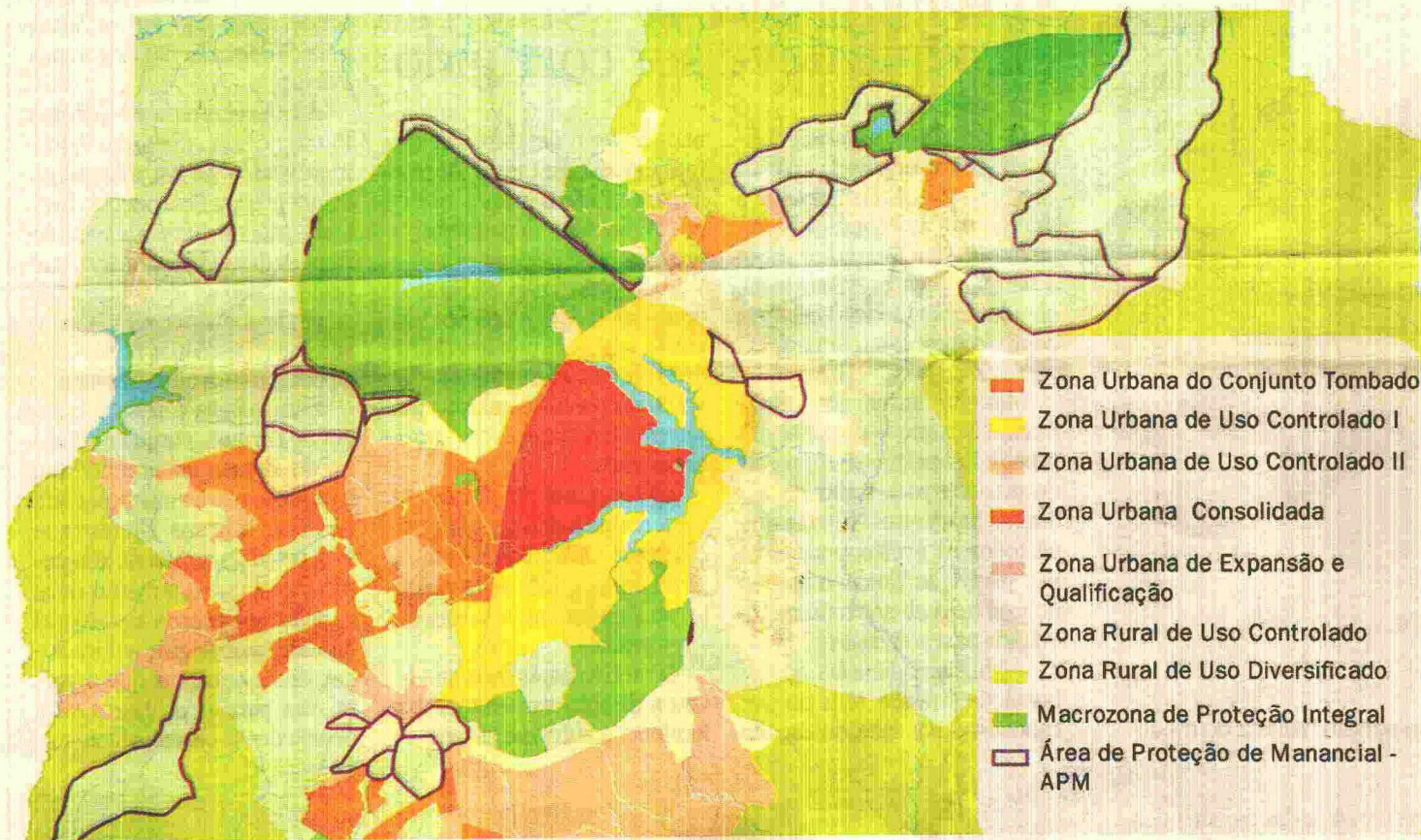
Parte dos US\$ 115 milhões serão aplicados na Bacia do Descoberto, mais precisamente na cidade de Águas Lindas (GO). O governo considera fundamental a aplicação de recursos no Entorno para preservar o meio-ambiente. A barragem do rio Descoberto responde por 65% do abastecimento de água do DF.

O montante negociado com o Bird exige uma contrapartida do governo local. Do total dos recursos, 50% serão emprestados pelo Banco Mundial e os outros 50% custeados pelo GDF.

O contrato para o início da relação foi assinado em fevereiro deste ano, após dois anos de negociação para receber o aval da União, necessário para que cada unidade da Federação possa contrair empréstimos com instituições internacionais. Mas o repasse dos recursos só começa no próximo ano. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento (Adasa) administrará o programa.



As viárias elimina os congestionamentos que atormentavam as regiões do Lago Sul, Paranoá, São Sebastião e condomínios



■ Plano deve estruturar o crescimento

O crescimento demográfico registrado no Distrito Federal na última década adotou um ritmo assustador. Em 1994, a população era estimada em 1,6 milhão de habitantes. Este ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 2,2 milhões de pessoas vivendo no quadrilátero. Aumento de 37,5%. Sem falar no inchaço do Entorno, ainda mais explosivo.

Com a nova realidade habitacional formada, iniciou-se a

discussão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Por seu intermédio, o governo pretende fazer um raio-x da ocupação urbana e rural do DF, além de planejar a ocupação do solo no futuro.

— É uma realidade de que não podemos fugir. A ocupação vai acontecer, sem dúvida alguma. Temos de nos preparar para garantir a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida — afirmou a subsecretária de Política Urbana do GDF, Gisele Moll.

A discussão do PDOT cumpre determinação da Lei Orgânica do Distrito Federal e também do Estatuto das Cidades, do Ministério das Cidades. A lei prevê a revisão dos planos de acordo com o

crescimento populacional.

No PDOT, as áreas de interesse público serão todas expostas. Ou seja, além das áreas passíveis de regularização, o plano também prevê a construção de anéis rodoviários, pólos de dinamização e zonas de proteção ambiental. Tudo é estudado e os projetos são feitos de acordo com o levantamento.

A população do DF cresceu 37,5% em 12 anos, criando novos desafios para habitação e serviços

— É uma maneira de susten-

tar o crescimento local. E isso não serve apenas para hoje, mas todos os próximos gestores devem levar em consideração o que está sendo feito. Tocar adiante a implantação do PDOT é um grande desafio, que deve ser encarado de frente para que a qualidade de vida seja preservada no DF — salientou Gisele Moll.

Mas o PDOT deve começar a ser implementado somente na próxima gestão do governo local. Isso porque ele deve passar por um grande trâmite. Primeiro, precisa ser referendado pela população em audiências públicas e levado para aprovação da Câmara Legislativa. Somente após isso, o plano pode ser implantado, de acordo com a necessidade da população.